



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO E AUTONOMIA DOCENTE: RESUMO DO PROJETO DE UM ESTUDO EM ANDAMENTO

Maria Clara Assis Domingos | UFG | maria.domingos@discente.ufg.br
Fernando Wagner da Costa | UFG | costafernando@discente.ufg.br
Daniela da Costa Britto Pereira Lima | UFG | daniela_lima@ufg.br

GT 4: Tecnologias Digitais e IA

Resumo:

Na contemporaneidade, as tecnologias de inteligência artificial (IA) têm recebido cada vez mais investimento para o seu rápido avanço no Brasil (UNESCO, 2025) e no mundo. Neste sentido, a proposta vendida é que as tecnologias de inteligência artificial possam atuar para otimizar uma série de processos em todas as áreas do conhecimento. Nesse cenário, o crescente advento do uso de IA alavancou os estudos e políticas para regulamentar o seu uso nas diversas áreas do conhecimento, inclusive no campo da educação. Diante desse contexto, há o questionamento de como a IA pode impactar as diferentes profissões. Se faz pertinente analisar qual a perspectiva das políticas de IA no campo da educação? A IA é pensada como um aparato para potencializar a autonomia docente, ou inibi-la? O presente trabalho é um desdobramento do processo de construção de uma monografia do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no contexto da graduação em Pedagogia, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, em 2026. Desse modo, esta escrita busca apresentar o tema dessa pesquisa, a fim de ouvir contribuições da comunidade acadêmica para esse estudo e trocar experiências, valorizando esse movimento tão importante para a construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: Autonomia Docente. Inteligência artificial. Políticas públicas. Pedagogia. Educação.

1 Introdução¹

O cenário educacional contemporâneo está inserido em uma revolução técnico-científica e informacional, em que a ciência e a técnica assumem o papel de força produtiva central (Vasconcelos, 2022). Segundo o relatório da UNESCO (2025), o Brasil vivencia um rápido avanço nos investimentos em inteligência artificial (IA), a estimativa global é de que a IA terá um impacto significativo nas economias, e o documento da UNESCO (2025) apresenta projeções de um crescimento contínuo da participação da IA no PIB brasileiro até 2030. Esse fenômeno exige novas regulações e qualificações constantes.

Neste sentido, a proposta vendida apresenta a IA como uma solução capaz de aumentar a eficiência e a produtividade em todas as áreas do conhecimento, na educação isso se manifesta por meio da automação de tarefas burocráticas e da personalização do ensino (Almeida Filho *et al.*, 2024). No entanto, é necessário problematizar se essa tecnologia é vista meramente como um artefato técnico utilitarista ou se há uma integração pedagógica que considere a complexidade das relações humanas (Peixoto; Paiva, 2024). Para muitos docentes,

¹ O texto da introdução desse resumo foi desenvolvido com o suporte de escrita usando a inteligência artificial do Google, pela interface NotebookLM para a reescrita de algumas ideias e melhor articulação com os autores.



essa otimização pode resultar na precarização do trabalho e na redução do professor a um mero executor de algoritmos (Paulino *et al.*, 2026).

A partir disso, muitas IA generativas, ou seja, IA que conseguem ler textos e gerar respostas a partir de um padrão de linguagem com o qual foram programadas, vêm sendo popularizadas pela internet, a estimativa da UNESCO (2025) é de que o gasto com IA generativa no Brasil deve mais do que dobrar, acompanhando uma tendência observada em toda a América Latina. Nesse cenário, o crescente advento do uso de IA alavancou os estudos e políticas para regulamentar o seu uso nas diversas áreas do conhecimento, inclusive no campo da educação.

Diante desse contexto, a integração da IA na educação apresenta potencialidades, mas também ameaças à liberdade docente. Questiona-se, portanto, se a perspectiva das políticas de IA no campo da educação consideram que o docente será um mediador crítico ou se enfrentará um processo de deslegitimação de seu papel frente à tecnologia.

Nesse sentido, este resumo é fruto de uma pesquisa em andamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no contexto da graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, em 2026, que busca preencher a lacuna na literatura brasileira de estudos que articulem políticas públicas de IA com o conceito de autonomia docente. Entendendo que “pesquisa é o ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa” (Gatti, 2002, p. 09), o objetivo geral do estudo é compreender como a autonomia docente é considerada pelas políticas públicas de IA na Educação no Brasil. Para tanto, pretende-se aqui, apresentar um prelúdio do projeto da pesquisa que se encontra em andamento, na intenção de ouvir contribuições da comunidade acadêmica sobre a temática.

2 Procedimentos metodológicos

Dessa forma, a metodologia da pesquisa em questão é do tipo qualitativa e bibliográfica, considerando que

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 21 e 22).



Nessa metodologia, “a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse.” (Neto, 2002, p. 53). Sendo assim, foi realizado um levantamento bibliográfico em duas bases de dados, uma para a busca de artigos e a outra para trabalhos de teses e dissertações, quais sejam: Periódicos CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES.

Esse levantamento foi realizado entre os meses de abril e maio de 2026, e os dados obtidos ainda estão em fase de análise. Todavia já se percebeu uma escassez de trabalhos que relacionam a temática da inteligência artificial com autonomia docente, principalmente no âmbito das políticas públicas, o que reforça a importância e necessidade desse estudo.

3 Contexto e intencionalidade do estudo

Para a definição do tema da pesquisa, não foi um processo rápido e simples, visto que a monografia é uma parte muito importante da graduação, e da formação docente, portanto merece especial atenção por parte do interesse do sujeito pesquisador. Gil (1989, p. 18) afirma que “os levantamentos constituem a modalidade de pesquisa mais difundida no campo das ciências sociais e correspondem à maioria das pesquisas desenvolvidas por alunos dos cursos de graduação em Ciências Sociais, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Comunicações.”. Dessa maneira, no contexto dos estudos no campo da educação, com tantas possibilidades de tema, foi um longo processo de reflexão e meditação para decidir. Portanto, o interesse partiu da percepção da rápida popularização de algumas IA, e a falta de conhecimento e preparo, por parte de alguns estudantes e professores, para lidarem com essas ferramentas com ética, responsabilidade e de modo a favorecer a aprendizagem (Figueira, 2024).

Diante de tantas opiniões dicotômicas, entre atitudes que endeusam ou demonizam esse artefato no campo da educação, lembra a afirmação de Paulo Freire (1996, p. 97), ao dizer: "Nunca fui ingênuo apreciador da tecnologia, não a divinizo de um lado, nem a diabolizo de outro. por isso sempre estive em paz para lidar com ela". Dessa forma, é necessário cautela quanto ao uso da IA, visto que ao mesmo tempo em que ela pode auxiliar nos estudos do professor e dos estudantes (Vasconcelos, 2022; Caitano *et al.* 2025), ela também pode ser um risco para a autonomia docente e o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, as políticas públicas são fundamentais para a regulamentação da IA na educação. Todavia, a dinâmica de construção de uma política pública, principalmente no campo da educação e tecnologia, é cercada de inúmeros interesses em disputa.



Assim, o estudo em andamento se propõe a investigar como é considerada a autonomia docente nesse contexto. Em muitas de suas obras, Paulo Freire (1996) fala sobre a autonomia do professor e o processo de ensino e aprendizagem. Em tempos de automação e popularização da IA, se mostra relevante questionar se as políticas públicas brasileiras recentes de IA na educação levam essa perspectiva freiriana em consideração. O TCC almeja caminhar por essas questões com vistas a contribuir com os estudos nessa área de conhecimento, objetivando também auxiliar na construção de uma educação de “qualidade socialmente referenciada” (Dourado; Oliveira, 2009, p. 207) no Brasil.

4 Considerações finais

Desse modo, tendo em vista o cenário contemporâneo que expressa a necessidade de valorização da autonomia docente, como defendia Paulo Freire (1996), frente os desafios das políticas públicas de IA na educação, este trabalho buscou apresentar o tema de uma pesquisa de TCC, de licenciatura em Pedagogia, em andamento, com o objetivo de ouvir contribuições da comunidade acadêmica para esse estudo e trocar experiências, valorizando esse movimento tão importante para a construção coletiva do conhecimento.

Referências

ALMEIDA FILHO, Carlito Lins de; FIGUEIREDO, Marcos Paulo Magalhães de; SILVEIRA, Gabriel Eidelwein; EIDELWEIN, Tamires. Desafios éticos para o uso de inteligência artificial na educação e na pesquisa. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 6, n. 3, p. 220–243, 2024. DOI: 10.14295/rcn.v6i3.18391. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/18391>. Acesso em: 8 mai 2026.

CAITANO, Tomé Fernandes; MARCOLANO, Leonara Coutinho; ROSALÉM, Simoni Nass; SILVA, Luciano Lino da; PIN, Arthur Coradini. A inteligência artificial como agente pedagógico: potencialidades e riscos éticos na formação docente. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. e2245, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n5-46-2025>. Acesso em: 10 abr. 2026.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Acesso em 27 mai. 2026.

FIGUEIRA, Monique. O ensino e a aprendizagem não cabem em algoritmos: relato docente sobre o fetiche da inteligência artificial. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 111–125, 2024. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v29i1p111-125. Disponível em: <https://revistas.usp.br/comueduc/article/view/223396>. Acesso em: 22 maio. 2026.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano Editora, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, *et al.* (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, *et al.* (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PAULINO, Ronilson Oliveira; COSTA, Gercimar Martins Cabral; BARBOSA, Cléuma de Melo; FRANÇA, Wallace Luiz Assunção; SANTANA, Claudio Teles; MARINHO, Ivonei Gomes; SOLART, Sônia Maria Pereira; CAVALCANTE, Maryane Francisca Araújo de Freitas; PAES, Tadeu Marcos Borges. Inteligência artificial e autonomia docente: apoio ou substituição?. **Lumen et Virtus**, [S. l.], v. 17, n. 57, p. e12320, 2026. DOI: 10.56238/levv17n57-084. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/12320>. Acesso em: 22 maio. 2026.

PEIXOTO, Fabrício Gomes; PAIVA, Eleide Leile de Andrade e. Desafios éticos do uso de inteligência artificial no ensino básico. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 13, p. e11936, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n13-187>. Acesso em: 10 abr. 2026.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). **Brazil: Readiness assessment report on Artificial Intelligence**. Paris, 2025. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393091>. Acesso em: 07 abr. 2026.

VASCONCELOS, Paula Vilela Santo Miekusz de. *Sociedade do Conhecimento e políticas públicas educacionais: uma revisão bibliográfica sobre a Inteligência Artificial no campo da educação*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2022.